Processo n.º 25/2008

Data do acórdão: 2008-05-15

(Recurso penal)

Assuntos:

- art.º 114.º do Código de Processo Penal
- livre apreciação da prova
- regras da experiência

S U M Á R I O

As regras da experiência da vida humana constituem um dos limites inultrapassáveis do “poder” de livre apreciação da prova do julgador – art.º 114.º do Código de Processo Penal de Macau.

O relator,

Chan Kuong Seng

Processo n.º 25/2008

(Recurso penal)

Recorrente: A

Recorrido: Ministério Público

ACORDAM NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

I - RELATÓRIO

Inconformada com a sentença do Tribunal Judicial de Base que a julgou à revelia pela própria consentida e a final a condenou como autora do inicialmente acusado crime consumado de falsas declarações sobre a identidade, p. e p. pelo art.º 12.º, n.º 1, da Lei n.º 2/90/M, de 3 de Maio, na redacção dada pelo art.º 1.º da Lei n.º 8/97/M, de 4 de Agosto, na pena de sete meses de prisão, suspensa na sua execução por dois anos, veio a arguida A recorrer para este Tribunal de Segunda Instância, rogando o reenvio do processo para novo julgamento ou a directa absolvição desse crime, tudo com base no nuclearmente assacado vício de erro notório na apreciação da prova, a que alude o art.º 400.º, n.º 2, alínea c), do Código de Processo Penal de Macau (CPP), acompanhado da também alegada violação do princípio de *in dubio pro reo* (cfr. o teor da sua motivação de recurso, a fls. 45 a 51 dos presentes autos correspondentes).

Ao recurso respondeu o Ministério Público no sentido de manifesta improcedência.

Subido o recurso, a Digna Procuradora-Adjunta emitiu douto parecer em sede de vista, pugnando pela rejeição do recurso, por ser evidentemente infundado.

Feito subsequentemente o exame preliminar e corridos depois os vistos legais, procedeu-se à audiência em julgamento com observância do formalismo previsto no art.º 414.º do CPP.

Cumpra, pois, decidir.

II – DOS FACTOS

Como ponto de partida para a análise do recurso vertente, é de considerar toda a fundamentação (mormente a fáctica) da decisão recorrida, materialmente constante de fls. 39v a 40v dos autos, cujo teor se dá por aqui integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.

III – DO DIREITO

Ora, a nível de direito, é de negar provimento ao recurso, porquanto vistos de modo crítico e global, e à luz do princípio da livre apreciação da prova plasmado no art.º 114.º do CPP, todos os elementos decorrentes dos autos, não se afigura que o Tribunal *a quo* tenha cometido erro notório na apreciação da prova ou violado o princípio de *in dubio pro reo*.

De facto, se na declaração de identidade datada de 12 de Janeiro de 2004 (a que se refere a fl. 10 dos autos), consta expressamente que a então declarante ora arguida declarou e confirmou que a identidade aí preenchida era verdadeira, e a arguida veio a declarar à Polícia, em 15 de Agosto de 2006 e também por escrito e sob compromisso de honra, uma outra filiação (a que alude a fl. 2 dos autos), mas algo diversa da anteriormente declarada (em que o último nome próprio do pai e o primeiro nome próprio da mãe eram diferentes dos prestados em 12 de Janeiro de 2004), bem como dizer à Polícia aquando da investigação de Agosto de 2006 que a filiação anteriormente fornecida era falsa (cfr. o teor de fl. 2 a 2v), e sendo idênticas as impressões digitais tiradas nas duas datas mencionadas, o juízo de valor formado em sede de julgamento de matéria de facto pelo Tribunal *a quo* no sentido de ser falsa a filiação então fornecida pela arguida em 12 de Janeiro de 2004 não se mostra inaceitável para qualquer homem médio colocado na situação concreta do julgador no caso vertente, à luz das regras da experiência da vida humana (regras essas que constituem, aliás, um dos limites inultrapassáveis do “poder” de livre apreciação da prova), sendo de frisar, por fim, que o tipo legal do crime em questão tem por escopo punir exactamente a prestação de falsas declarações sobre a identidade.

Quanto ao pedido de apoio judiciário na modalidade de dispensa total de pagamento de custas, não sendo a arguida residente de Macau, é de indeferi-lo nos termos art.º 4.º, n.º 1, primeira parte, do Decreto-Lei n.º 41/94/M, de 1 de Agosto, *a contrario sensu*.

IV – DECISÃO

Em sintonia com o exposto, acordam em negar provimento ao recurso da arguida **A**, e indeferir o pretendido apoio judiciário na modalidade de dispensa total de pagamento de custas.

Custas pela arguida, com três UC de taxa de justiça.

Fixam em oitocentas patacas os honorários a favor do Ilustre Defensor Oficioso da arguida, a adiantar pelo Gabinete do Presidente do Tribunal de Última Instância.

Macau, 15 de Maio de 2008.

Chan Kuong Seng
(Relator)

José Maria Dias Azedo
(Primeiro Juiz-Adjunto)

Lai Kin Hong
(Segundo Juiz-Adjunto)